

Meio Ambiente e Sociedade

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

LOCAL ARRANGEMENTS PRODUCTIVE: THE IMPORTANCE OF TERRITORIAL DIMENSION IN SUSTAINABLE DEVELOPMENT LOCAL

1º autor

Nome completo: Jaqueline Guimarães Santos.

Titulação: Mestranda em Administração.

Vínculo: Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: jsantos.adm@gmail.com

2º autor

Nome completo: Virgínia Conceição Vasconcelos Carneiro.

Titulação: Mestranda em Administração.

Vínculo: Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: virginiacvc@yahoo.com.br

RESUMO

As constantes instabilidades decorrentes dos avanços tecnológicos, as incertezas envolvidas com a atividade econômica, bem como outros fatores, vêm exigindo das empresas a capacidade de desenvolverem estratégias competitivas na busca de vantagens duradouras, que podem auxiliar a manutenção competitiva no mercado. Dentre as tipologias de redes existentes destacam os Arranjos Produtivos Locais (APLs) que corresponde a aglomerações de empresas com mesma especialização produtiva e que se localizam em um mesmo espaço geográfico. Destaca-se a importância destes APLs buscarem, a partir do desenvolvimento de suas atividades, contribuir para o alcance da sustentabilidade e, por conseguinte, o desenvolvimento local. Nesse sentido este trabalho foi desenvolvido com o intuito de enfatizar a importância da promoção da Sustentabilidade dos Arranjos Produtivos Locais para o Desenvolvimento local enfatizando para tanto, o papel do Estado, dos atores locais e das instituições na promoção de medidas que visem a continuidade das suas atividades. Pretende-se, portanto, evidenciar como a existência de um ambiente institucional estruturado aliado a troca de experiências entre os agentes, com a cooperação coletiva para obtenção de vantagens competitivas, e a promoção de políticas públicas, se configuram como componentes indispensáveis para sustentabilidade desses empreendimentos e podem contribuir para conquista do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais; Cooperação; Instituições; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The constant instabilities resulting from technological advances, the uncertainties involved in economic activity, as well as other factors, companies are demanding the ability to develop competitive strategies in the search for lasting advantages, which can help keep the market competitive. Among the types of existing networks highlight Local Productive Arrangements (LPAs) which corresponds to clusters of firms with the same specialization and located in the same geographic space. We highlight the importance of these APLs seek, from the development of their activities, contributing to the achievement of sustainability and therefore the development site. In this sense this work was developed with the aim of emphasizing the importance of promoting the Sustainability of Local Production for Local Development for both emphasizing the role of the state, local actors and institutions in promoting measures for the continuation of their activity. It is intended, therefore, to show how the existence of an institutional ally structured exchange of experience between agents, with the collective cooperation to achieve competitive advantage, and promotion of public policies, configure themselves as indispensable components for sustainability of these projects and can contribute to achievement of the development site.

Keywords: Local Arrangements Productive; Cooperation; Institution; Public Politics.

1. INTRODUÇÃO

Em um ambiente altamente competitivo, composto de incertezas e concorrência, com um processo produtivo pautado no conhecimento e na informação, a inserção no mercado requer além de estratégias internas de condução das empresas, a existência de uma articulação destas com as instituições e com ambiente que as circunda.

Diante desse contexto, aumenta-se o interesse no estudo sobre a atuação das empresas para enfrentar essas questões e nas formas organizacionais que estas tem adotado com vistas a sobreviver nesse cenário de incertezas e alta competitividade, especificamente tem-se enfatizado a ocorrência de redes integradas de empresas para explicar esse fenômeno, os denominados Arranjos Produtivos Locais (APLs), e o entendimento acerca da importância dessas aglomerações produtivas para o desenvolvimento local e a troca de sinergias surgidas de seu funcionamento como fonte de vantagem competitiva. (CASSIOLATO, LASTRES, 2003; CASSIOLATO, SZAPIRO, 2003; ANDRADE, 2008; CAMPOS, 2006).

O interesse por tal abordagem remete as indagações sobre as influências dos territórios e de suas especificidades no sucesso de empresas que se articulam coletivamente para traçarem objetivos e auferirem benefícios coletivamente. Nisto, o foco em APLs tem sido empreendido com vistas a “procura de uma melhor compreensão sobre os fatores subjacentes ao melhor desempenho competitivo das unidades produtivas” (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Essa constatação de que as redes de empresas representam uma estratégia competitiva que permite as mesmas a inserção e sobrevivência no mercado, advém da observância, que dificilmente a pequena empresa em atos isolados será capaz de se adequar a introdução de novas técnicas produtivas mais eficientes e modernas e ao contínuo processo de inovação e aprendizado que devem ser implantados para sua sobrevivência em um cenário intensivo em conhecimento, cabe ressaltar, que esta tem importância fundamental na dinâmica produtiva de suas regiões, por isso a Sustentabilidade de suas atividades deve ser objetivo de políticas públicas e esforços conjuntos de empreendedores, sociedade e instituições.

Neste contexto, a partir da década de 2000, surgiram no Brasil diversas políticas de desenvolvimento local, com base nos Arranjos Produtivos Locais (APL), fomentando MPE de diferentes setores da economia, objetivando inseri-las em mercados cada vez mais exigentes e globalizados. (IMBUZEIRO; LUSTOSA, 2009, p. 3).

É considerando esses pressupostos que o trabalho aqui proposto se insere, enfatizando que a existência de APLs promove o Desenvolvimento local das regiões e que devido a importância socioeconômica dessas aglomerações, faz-se necessário investigações sobre sua Sustentabilidade. Parte-se do pressuposto de que a Sustentabilidade ao ser atrelada as dimensões econômicas, ambientais e sociais, demanda uma integração sistêmica entre os diferentes atores sociais.

2. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: O FENÔMENO DA AGLOMERAÇÃO DE EMPRESAS

A partir da década de 1970, teve origem o interesse pelo estudo de aglomerações geográficas de empresas no ambiente competitivo das organizações. Pesquisas sobre o tema retratam a análise de processos que produziram experiências bem sucedidas de desenvolvimento regional, como, por exemplo, os da Terceira Itália e do Vale do Silício, ao induzir o estabelecimento de estratégias de crescimento focalizado em espaços geográficos delimitados (IMBUZEIRO; LUSTOSA, 2009, p. 5).

Uma excelente síntese da questão foi feita por Sebastiano Brusco ao apontar as três lições essenciais que devem ser tiradas da experiência italiana: a necessidade de combinar concorrência com cooperação, conflito com participação, conhecimento local e prático com o científico. Essas três lições fazem com que a interrogação central passe a recair, portanto, sobre as condições que permitem a emergência de instituições mais favoráveis a essas três combinações. E a resposta - como não poderia deixar de ser - é a afirmação de que o desenvolvimento depende essencialmente do papel catalisador que desempenha um projeto elaborado por atores locais (VEIGA, 1999).

O interesse que a concentração espacial da produção tem despertado tanto no meio acadêmico como no âmbito social e político, remete a reflexões sobre a importância desse fenômeno enquanto instrumento de desenvolvimento local e a valorização de aspectos intangíveis para o entendimento da economia. A contribuição principal da existência desses aspectos reside na influência que eles exercem sobre a cooperação entre as firmas, onde esta tem papel primordial na obtenção de vantagens competitivas para as empresas estabelecidas nos arranjos.

O potencial competitivo das firmas é compreendido nesse enfoque, não de ganhos de escala de firmas individuais, mas de ganhos provenientes da cooperação de várias firmas estabelecidas em territórios comuns, nesse sentido, trata-se de uma abordagem que enfatiza a cooperação como instrumento de vantagem competitiva.

Para explicar tal fenômeno, existe na literatura especializada, uma diversidade de ideias e definições, sendo, portanto, vasto o campo analítico que versa sobre a temática, é importante ressaltar que devido a essa abordagem ampla, não é consensual nem acabado o entendimento sobre o processo de concentração produtiva, especificamente os chamados arranjos produtivos, entretanto, existe uma consideração generalizada no intuito de apreender esses processos como fenômenos surgidos espontaneamente, estabelecidos no mesmo território e especializados em uma atividade econômica.

A ocorrência da concentração espacial da produção tem ganhado algumas denominações e abordagens, entre elas cabe destacar os conceitos de clusters e arranjos produtivos, dada a disseminação e uso destes no meio acadêmico, no que se refere a clusters de forma geral entende-se como:

Segundo uma das definições mais aceitas, “*cluster*” é uma concentração geograficamente delimitada de negócios independentes que se comunicam, dialogam e transacionam para partilhar coletivamente tanto oportunidades quanto ameaças, gerando novos conhecimentos, concorrência inovadora, chances de cooperação, adequada infraestrutura, além de freqüentemente também atraírem os correspondentes serviços especializados e outros negócios correlacionados (VEIGA, 1999).

Diante da diversidade e complexidade dos elementos contidos na definição de clusters e dada à difícil aplicação desta as realidades economicamente marginalizadas, ou a países em desenvolvimento, foram formulados outros conceitos para explicação da aglomeração produtiva (especificamente no Brasil), com intuito de agregar a essa discussão definições que comportassem

as especificidades dos fenômenos estudados, com isso foi, desenvolvido pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist)¹, o termo Arranjo Produtivo Local (APL), o qual atribui a aglomeração territorial da produção, definição primordial, seguido de vínculos incipientes entre os atores econômicos, políticos e sociais, podendo existir qualquer um dos outros elementos que definem um cluster. Conforme essa abordagem, APLs são:

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (REDESIST, 2003 apud CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Sobre suas características, enfatiza-se a ocorrência de aspectos territoriais, culturais e institucionais, como componentes de sua existência e perpetuação, sendo estes descritos como:

Caracterizados por sua “dimensão territorial”, na qual a proximidade geográfica permite o compartilhamento de opiniões e valores culturais, sociais e econômicos; pela “diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais”, ou seja, pela presença e interação de empresas (e suas diferentes formas de representação e associação) e outras organizações públicas e privadas; pelo “conhecimento tácito”, o qual pode ser entendido como aquele conhecimento que está incorporado em indivíduos, organizações e regiões com forte especificidade local; por processos de “inovação e aprendizado interativos”, onde a disseminação de conhecimentos e o aumento da capacitação produtiva e inovativa dependem fundamentalmente do aprendizado pré-existente e do adquirido com o tempo; pela “governança” que corresponde aos diversos modos de coordenação entre os agentes e atividades e, por fim, ao “grau de enraizamento”, definido pela frequência e intensidade das relações econômicas e sociais estabelecidas dentro do próprio arranjo, vis-à-vis suas relações externas (mercados, fornecedores, instituições, etc.) (ANDRADE, 2008, p. 64,65).

Considerando o fenômeno de APL como uma concentração de empresas em espaços geográficos próximos, surgidos espontaneamente e articulados por relações de interdependência entre os agentes, cabe ressaltar que as motivações para sua ocorrência remetem a formação histórica das regiões, bem como seus fatores geográficos, culturais e políticos, trata-se, portanto de um processo de construção de identidades e vínculos territoriais baseados na trajetória social desses arranjos.

² O redesist, é um grupo de estudos da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), direcionado a pesquisar a existência de arranjos produtivos locais, bem como sua organização, funcionamento e desempenho; seu objetivo principal é possibilitar através das informações obtidas nas pesquisas a formulação de políticas públicas para incentivo das atividades nos APLs.

2.1A AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA E SUA INFLUÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O processo de formação econômica² do Brasil pressupôs a concentração da produção possibilitada por políticas centralizadas que priorizaram regiões e objetivos específicos, nesse sentido a condução da economia se fez de modo a marginalizar espaços geográficos que por não apresentarem dinamismo e nem estrutura básica para implantação de atividades produtivas, não foram contempladas com as medidas de incentivo ao crescimento econômico. (CAMPOS, 2004; SUZIGAN; VILLELA, 1997).

Em particular, na região Nordeste, diversas medidas foram adotadas com vistas a promover o surgimento de novas atividades produtivas, a exemplo da constituição do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a posterior criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, as quais foram de fundamental importância para a modernização do parque fabril nordestino, apesar de falhas no combate ao mau-uso de recursos e no estabelecimento de prioridades, bem como na sua tentativa inicial de constituir uma nova burguesia regional, que reduzisse a influência das oligarquias locais. (ANDRADE, 2008, p. 21-22).

Embora essas estratégias de planejamento regional tenham gerado benefícios para as economias locais, elas não foram suficientes para impulsionar o desenvolvimento destas, já que a lógica de sua atuação esteve pautada em incentivos direcionados a grande empresa tanto pública com privada, com isso, os atores locais e seus empreendimentos não foram o alvo da ação desses programas.

A conduta do Estado sobre essas questões esteve embasada nas necessidades da economia nacional, e as diversas formas de sua atuação consideraram além de interesses econômicos, ideologias políticas, houve com isso uma negligência deliberada sobre as demandas das regiões marginalizadas e em consequência sobre o Desenvolvimento Local. Quanto a postura do Estado frente à estas demandas, observa-se que:

Contudo, diante dos vários fatos ocorridos, dentre os quais se podem mencionar a crise de endividamento do Estado nas últimas décadas do século passado, a adesão de idéias e práticas de cunho neoliberal, bem como devido à crescente presença e proliferação de grandes empresas e mesmo conglomerados de atuação transnacional, a capacidade dos Governos Nacional, Estaduais e Municipais de interferirem diretamente no processo de desenvolvimento local, nos moldes tradicionais, tornou-se significativamente limitada. Assim sendo, passou a ser necessária a criação de novas formas para estimular o desenvolvimento econômico, dada a mudança no tipo de postura e das ações possíveis a serem implementadas pelo Estado. (ANDRADE, 2008, p.22)

A partir de então, as políticas industriais de natureza “vertical” (como a seleção de setores ou empresas específicas a serem favorecidas) perdem espaço, sendo progressivamente substituídas por políticas de natureza “horizontal” (tais como oferta de crédito para Micro, Pequenas Empresas – MPEs), em que se apoia um conjunto grande de “atores anônimos”, em que não se pode

² Refere-se especialmente ao processo de industrialização.

previamente identificar os beneficiários (SUZIGAN; VILLELA, 1997 apud ANDRADE, 2008, p. 22).

Essa nova lógica atribui à pequena empresa e a localidade na qual esta se insere, papel fundamental no processo de desenvolvimento, conferindo a empreendimentos de pequeno porte a função de dinamizar as economias locais através da geração de emprego, renda e crescimento. Trate-se, portanto de um direcionamento de medidas de incentivo aos Arranjos Produtivos Locais, através do fortalecimento da estrutura produtiva e da articulação institucional, sobre esta, tem-se:

A abordagem teórica de Arranjos Produtivos preconiza porém que, além da articulação na aglomeração empresarial, deve haver um ambiente institucional composto de entidades públicas e privadas que, a partir da intensificação das relações com as empresas, promovam a melhoria da competitividade para todo o conjunto. Assim, na medida em que as ações tornam-se mais coletivizadas e o ambiente mais denso, em termos da multiplicidade de atores, é necessária a constituição de uma força de coordenação dessas ações, ou seja, de estruturas de governança do sistema produtivo que possibilitem o alcance dos objetivos desejados (BAPTISTA, 2005, p. 13).

Dada a considerável atuação das aglomerações produtivas para o dinamismo econômico, a investigação sobre seu surgimento, desempenho e funcionamento torna-se questão pertinente, uma vez que os arranjos produtivos locais (APLs) são elementos indutores do desenvolvimento local ao proporcionarem com suas atividades benefícios coletivos para os atores locais, já que o foco é na rede de empresas e não na firma isolada, tal fenômeno permite, portanto, investimentos para toda a região, empregos em larga escala, a instalação de entidades de capacitação profissional, entre outros fatores de uso coletivo. Sobre os desdobramentos positivos de sua existência que podem culminar no Desenvolvimento local, proporcionado por sua existência, enfatiza-se que:

Os APL's geralmente possuem vantagens competitivas, que atraem investimentos para as meso, micro-regiões e municípios aos quais podem pertencer. Como consequência, o próprio aglomerado é fortalecido, acarretando crescimento da renda local, o que, por sua vez, desperta o interesse de pessoas situadas nas proximidades a virem se instalar na região, tornando necessária a realização de novos investimentos públicos em infraestrutura física e social. Isto instiga o interesse de empresas prestadoras de serviço e de outra natureza a se estabelecerem no local, favorecendo ainda mais as oportunidades de sucesso do arranjo. (ANDRADE, 2008, p.66).

Os estudos contemporâneos sobre desenvolvimento destacam que, com diferentes ritmos e velocidades, o chamado paradigma global provoca uma radical alteração nas condições de competitividade das nações e dos diversos espaços econômicos. Das vantagens comparativas decorrentes da abundância de recursos naturais, baixos salários e reduzidas exigências ambientais passa-se a depender cada vez mais, das vantagens em conhecimento e informação (tecnologia e recursos humanos) e capacidade de inovação, da qualidade e excelência do produto ou serviço, além de novos valores como a sustentabilidade ambiental. Nestas condições, cresce a noção de sustentabilidade e sua relação com as dimensões e fatores sistêmicos da competitividade que estão apoiados por condições intangíveis na produção, tais como tecnologia, conhecimento, instituições, organização e cooperação, denominados, por alguns autores, de “capital social” (IMBUZEIRO, LUSTOSA, 2009).

O capital social então, pode ser entendido como os vínculos sociais que possibilitam essa troca de experiência e promove a cooperação. Segundo, Veiga (2001) as definições de capital social conferem a existência de atributos como, confiança, reciprocidade e padrões de interação social como características que os agentes possuem para estabelecerem suas relações com os outros.

No contexto de arranjos produtivos a ação coletiva pautada em objetivos e esforços comuns, tende a conferir a aspectos intangíveis da produção como, conhecimento, aprendizado e instituições, importância fundamental para obtenção do sucesso dessas atividades econômicas. A contribuição principal da existência desses aspectos reside na influência que eles exercem sobre a cooperação entre as firmas, onde esta tem papel primordial na obtenção de vantagens competitivas para as empresas estabelecidas nos arranjos e o sucesso destas proporciona benefícios coletivos para as regiões o que se traduz em Desenvolvimento local.

A existência dessa dinâmica através do capital social das regiões dá suporte à instalação de instituições consolidadas que atuam no sentido de impulsionar o desempenho produtivo desses empreendimentos, disto, conclui-se ser sua ocorrência em APLs, elemento fundamental para o surgimento e perpetuação de atitudes cooperativas, sendo as instituições instrumentos primordiais para intermediar essas relações.

Considerando, a cooperação entre as firmas como elemento indutor do desenvolvimento das atividades estabelecidas em espaços geográficos próximos (APLs), confere-se as políticas públicas o papel de intermediar as relações já estabelecidas e promover a ocorrência de novos vínculos institucionais no intuito de estimular o processo contínuo de inovação e aprendizado nesses espaços.

Neste sentido, a promoção e o apoio à cooperação entre os diversos agentes situados em um mesmo espaço geográfico apresentam-se como uma alternativa vital para a atuação dos governos (particularmente, os locais) na busca do desenvolvimento regional. Ademais, conforme afirmam Piore e Sabel (1984) para que ocorra um equilíbrio entre competição e cooperação faz-se necessária a criação de instituições regionais, com a finalidade de instigar o processo inovativo tornando-o permanente. (ANDRADE, 2008, p. 24).

Com o advento de experiências práticas de aglomeração produtiva, a questão local da produção passa a ser vislumbrada como elemento de diferenciação competitiva, e as empresas de pequeno porte adquirem posição estratégica na promoção do desenvolvimento dos locais nos quais estão inseridas, sendo alvo de análises e de políticas públicas para incentivo as suas atividades.

3. A ARTICULAÇÃO ENTRE ESTADO, INSTITUIÇÕES E ATORES LOCAIS PARA A SUSTENTABILIDADE DOS APLS

Essa abordagem territorial da produção engloba, portanto, elementos sistêmicos que ultrapassam a noção meramente econômica da produção e integra aspectos socioculturais, político-institucionais, econômicos e ambientais. (CASSIOLATO, LASTRES, 2003; CASSIOLATO, SZAPIRO, 2003; ANDRADE, 2008; SPAPIRO, SUZIGAN et al., 2003; CAMPOS; 2004). Isto porque, parte-se do pressuposto de que o mero crescimento econômico não consegue isoladamente garantir qualidade de vida, justiça social e preservação ambiental, em outros termos, a existência e

consolidação de APLs pressupõe a existência de elementos multidimensionais, que expliquem como tais atividades produtivas levam ao Desenvolvimento sustentado das regiões.

Sobre o modelo de Desenvolvimento Sustentável, sua ocorrência é explicada por três aspectos, à saber: a prudência ecológica, a eficiência econômica e a equidade social. A prudência ecológica refere-se necessidade em se utilizar os recursos naturais considerando os limites de sua disponibilidade e a necessidade de sua perpetuação, no que tange a eficiência econômica, aborda-se a ideia de que a produção de bens e serviços deve ser efetuada considerando além dos benefícios econômicos, a promoção do bem-estar social, o que significa uma atuação pautada em responsabilidade e compromisso para com a comunidade e o meio ambiente, já a equidade social, significa o exercício de cidadania, no qual os diversos atores sociais possam participar ativamente dos rumos de suas comunidades bem como exercer seus direitos e deveres para promoção do bem comum. (AGENDA 21 DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2002).

Atenção primordial nesse processo deve ser conferida, portanto à capacidade dos APLs articularem sistematicamente seus diferentes atores e suas potencialidades. Assim, para se tornarem sustentáveis e continuarem gerando o Desenvolvimento Local, tais espaços necessitam criar instituições que forneçam suporte às suas atividades, uma cultura local alicerçada na lógica da cooperação bem como a existência de Políticas Públicas fomentadores de suas habilidades.

Sobre as instituições e suas contribuições para a Sustentabilidade desses aglomerados, Andrade (2008) argumenta que “a estrutura institucional constitui um aspecto elementar no desempenho dos APLs, cuja competitividade sustentada está alicerçada significativamente na cooperação entre os agentes e na consolidação do estoque do capital social, visando gerar “eficiência coletiva”. Desse modo observa-se que o ambiente institucional consolidado permite a troca de sinergias, o desenvolvimento da confiança entre os agentes e a reciprocidade de ações, fatores que levam a cooperação e ação coletiva para a conquista de objetivos comuns. Corroborando essa constatação, Campos (2007) enfatiza:

No caso dos arranjos produtivos locais, a matriz institucional exerce função primordial, pois quando numa região existem organizações que interagem de modo regular em torno das questões importantes para a inovação e a competitividade das empresas, elas conseguem gerar uma dinâmica regional de aprendizado. Se as empresas estiverem organizadas numa rede de “contrato e suprimento” onde as relações de cooperação sejam veementes desenvolvidas mediante acordos de longo prazo, em um contexto institucional de confiança recíproca, tende-se a surgir o que se denomina de “eficiência coletiva”. (CAMPOS, 2007).

No entanto, para que o aporte institucional seja propício a obtenção de vantagens coletivas direcionadas a Sustentabilidade dos APLs, faz-se necessário o apoio do Estado com suas políticas de incentivo a economia. Nisto, embora, as regiões possuam características peculiares que lhe conferem diferenciais competitivos, a atuação do setor público possibilita a ampliação dessas capacidades, sendo, pois, de fundamental importância para os APLs, principalmente para os aglomerados estabelecidos em regiões menos desenvolvidas, as quais demandam maiores dispêndios em infraestrutura e capacitação profissional para se tornarem competitivas. Sobre o papel do Estado nesse contexto, tem-se:

O desenvolvimento local pode ser conseguido dentro de um ambiente de externalidades positivas. Ou seja, o estado supre uma aglomeração já existente de medidas que reduzam as carências comuns, ampliando um círculo virtuoso. Este tipo de política pública tende a gerar *spillovers* tecnológicos e regionais. Em outros termos, há uma ênfase na inovação tecnológica que tende a se difundir com rapidez. Além disto, o desenvolvimento costuma atingir municípios vizinhos. O apoio à aglomeração produtiva é barato. Pode-se fazer este tipo de afirmação, porque, em geral, as medidas adotadas envolvem a criação de entidades que supram o arranjo de informação, treinamento e que gerem um ambiente de cooperação. Este tipo de gasto se reduz no tempo, porque se entende que com o desenvolvimento do arranjo o empresariado toma a iniciativa de manter estas instituições (CAMPOS, 2007, p. 4).

Fundamental nesse processo é capacidade dos atores locais se articularem coletivamente para perpetuarem as atividades produtivas e as interações sociais estabelecidas. Enfatiza-se assim, que compete aos atores locais “solicitarem das instituições e órgãos públicos, políticas e ações voltadas para a geração do desenvolvimento numa perspectiva mais abrangente que inclua além de aspectos econômicos, as questões de ordem social, ambiental e institucional e os diversos aspectos relacionados à Sustentabilidade, capazes de gerar o Desenvolvimento de forma sustentável”. (SOUZA, et al., 2008).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a relevância da aglomeração produtiva de empresas de pequeno porte (APLs) para dinâmica econômica local, é pertinente o estudo acerca de suas características, potencialidades, entraves, debilidades e conquistas, com vistas à obtenção além de conhecimentos que permitam atuações mais eficazes nesses espaços, informações que possibilitem investigar a relação entre sua existência e o desenvolvimento local.

Cabe ressaltar, que não é o mero fato da ocorrência de APLs que impulsionará a sustentabilidade de atividades econômicas em regiões periféricas, não obstante sua importância é preciso agregar a essa discussão o entendimento de que é preciso o engajamento entre os atores locais, instituições privadas e Estado.

Onde cabe aos atores locais a função de empreenderem atividades produtivas e estabelecerem vínculos de cooperação com os demais agentes, no tocante as instituições, competem a elas a intermediação das relações entre os diferentes agentes sociais, e o estímulo a cooperação entre as firmas para obtenção de vantagens competitivas, esse estímulo pode se dar de diversas formas, desde a formação de associações, cooperativas, capacitações empresariais, feiras de negócios, até projetos mais bem elaborados como instalação de centro de pesquisa, Faculdades, entre outros. No que tange o papel do Estado, define-se a formulação de políticas de apoio e incentivo tanto a arranjos já consolidados como a arranjos incipientes, nesse sentido esta atuação será específica para cada realidade explorada, de forma geral esta atuação será feita basicamente mediante instalação de infraestrutura, concessão de créditos e financiamentos, implantação de centros de ensino, apoio ao aparato institucional e criação de instituições que agreguem benefícios aos arranjos.

Percebe-se assim, que mesmo tendo seu surgimento caráter espontâneo, a sobrevivência de APLs requer uma ação articulada entre as diferentes instâncias sociais, trata-se, portanto de uma

ação planejada e contínua, isso se deve ao fato de que em uma economia globalizada e competitiva, realidades periféricas necessitam de incentivos públicos para se inserirem nos mercados, além de um aporte institucional consolidado e de agentes locais empreendedores. Assim, acredita ser possível que as atividades desenvolvidas pelas empresas pertencentes aos arranjos produtivos possam contribuir para o alcance da sustentabilidade local.

Assim sendo, identifica-se a relevância e originalidade da presente pesquisa atendendo ao objetivo proposto, sendo possível contribuir para a discussão sobre a temática. Vale salientar que não se objetivou esgotar as discussões sobre a temática. Toma-se como limitação da pesquisa, ser um estudo teórico, por isso sugere-se a investigação empírica para identificar como os atores sociais estão desenvolvendo seus papéis e como se dá a implementação dessas ações. Entende-se que o estudo apresenta discussões enriquecedoras e aponta caminhos que contribuem para o alcance do desenvolvimento local sustentável.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Recife, 2002.

ANDRADE, T.; S. **A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação: o caso do município de Toritama.** João pessoa, 2008, 219p. Dissertação (Mestrado em economia) Universidade Federal da Paraíba.

BAPTISTA, J. R. V. **Relações socioeconômicas em rede: a governança no arranjo produtivo do vestuário de Cianorte no estado do Paraná.** Curitiba/ PR: UFPR. Dissertação de Mestrado, 2005.

BAPTISTA, M. A. C. **Política industrial – uma interpretação heterodoxa.** Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 2000.

CAMPOS, L. H. R. **O Pólo De Confecções de Toritama: análise das relações de trabalho e da informalidade.** Projeto de Pesquisa. Fundação Joaquim Nabuco. Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais. Março, 2007.

_____. **O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco.** Recife, 2004. 163 p. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal de Pernambuco.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M. Novas políticas na Era do Conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. In: **Revista Parcerias estratégicas**, volume 17. Brasília: CGEE, 2003.

_____. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** In Lastres, H.M.M., Cassiolato, J.E e Maciel, M.L Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local, Rio de Janeiro, Relume Dumará 2003.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E; MACIEL, M. L. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**, Rio de Janeiro, Relume Dumará 2003.

CASSIOLATO, J.E.E. SZAPIRO, M. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. In Lastres, H.M.M., Cassiolato, J.E e Maciel, M.L *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*, Rio de Janeiro, Relume Dumará 2003.

IMBUZEIRO, P. E. A. LUSTOSA, M. C. J. **Construção de Uma Estratégia Coletiva: “tendências” para os Arranjos Produtivos Locais**. In: 5ème colloque de l’IFBAE – Grenoble, 18 et 19 mai 2009.

SOUZA, E. G. ANDRADE, E. CÂNDIDO, G. A. **A aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável: um estudo exploratório nos municípios produtores de leite e bovino no Estado da Paraíba**. Revista Eletrônica de Administração (READ) v.14, n3, 2008.

SUZIGAN, W.; VILLELA, A. V. **Industrial Policy in Brazil**. Campinas, São Paulo, Brazil: UNICAMP. IE, 1997.

VEIGA, J. E. **A face territorial do desenvolvimento**. Anais do 27º. Encontro Nacional de Economia. Belém, 8-10 de Dezembro de 1999, volume, pp. 1301-1318.

_____. **Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural**. Unimontes científica, Montes Claros v. 7, n. 2 - jul./dez.2005.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD). Texto provisório para discussão - agosto 2001. Versão atualizada de relatório de março de 2001.